

SOL

27-11-2015

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 58246

Temática: Justiça

Dimensão: 2002

Imagem: S/Cor

Página (s): 42/43

'SACO AZUL'

DO BES

ENVOLVE A PT

Sandra Almeida Simões

sandra.a.simoaes@sol.pt

Autoridades investigam a ES Enterprises, uma *offshore* que fazia pagamentos a familiares de funcionários do BES e a membros do clã Espírito Santo. Uma das operações suspeitas é a criação de um fundo em favor da PT, para impulsionar o sucesso de um negócio no Brasil.

A Espírito Santo Enterprises não é um 'saco azul', senhores deputados». A afirmação foi proferida por Ricardo Salgado na comissão parlamentar de inquérito à queda do Grupo Espírito Santo (GES), a 19 de março, e repetida nos interrogatórios judiciais de 20 e 24 de julho deste ano. No entanto, para o Ministério Público e para o juiz Carlos Alexandre, a versão do ex-presidente do BES «**não é credível**», segundo o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa que avaliou a prisão domiciliária do antigo banqueiro.

A ES Enterprises é uma das entidades sob investigação no caso BES, por alegados pagamentos à margem da contabilidade oficial. A Justiça seguiu o rasto a esta entidade e, segundo o acórdão a que

o SOL teve acesso, encontrou movimentos financeiros que «admitem a suspeição de práticas de crimes».

«Foram descobertas contas no BPES [Banque Privée Espírito Santo na Suíça] abertas em nome de entidades com a designação ES Enterprises, entidade sem consolidação no Grupo Espírito Santo», refere um despacho do Ministério Público citado no acórdão.

No documento, são indicados vários movimentos que indiciam um uso ilícito. E um deles estendeu-se ao universo Portugal Telecom: a investigação suspeita da constituição de um fundo em favor da operadora de telecomunicações, para a realização de um negócio no Brasil. As explicações de Salgado não convenceram os investigadores. «É exemplo a versão pouco compreensível

apresentada quanto à constituição de um fundo, por via de aplicação fiduciária, para o sucesso de uma operação no Brasil, que alegadamente envolveria quadros qualificados da PT, e sem que tenha sido invocada qualquer deliberação formal de mútuo feito pelo GES, nos órgãos de gestão do BES, acionista, e PT, beneficiária desse movimento», lê-se no despacho.

Relação de décadas

A informação apresentada aos desembargadores não detalha a data da constituição do fundo para beneficiar a PT, nem refere qual a operação brasileira em causa.

A relação do BES com a operadora teve origem na posição acionista do banco na antecessora Marconi e estendeu-se por largas décadas – até que um investimento de 900 milhões de euros na Rioforte, *holding* do GES, levou ao colapso da empresa.

O banco financiou todo o processo de reprivatização e de consolidação da empresa no Brasil, África e Ásia. Uma «parceria estratégica» – nas palavras de Salgado. Na primeira audição no Parlamento, Salgado assumiu que «foi o BES quem financiou a PT na aquisição de empresas brasileiras que, conjuntamente com as empresas adquiridas



MÁRIO CRUZ/LUSA

pela Telefónica, viriam a formar a Vivo», além de ter desempenhado um papel importante no projeto de fusão entre a PT e a Oi.

Recentemente, o *Público* noticiou que o Ministério Público está a investigar a compra da Oi pela PT. Estão em causa suspeitas de benefícios financeiros concedidos a governantes portugueses e brasileiros, a acionistas e a quadros

de topo. A esta investigação soma-se agora a constituição de um fundo, através da 'empresa sombria' do GES, para beneficiar a PT numa operação brasileira.

Pagamentos à família Espírito Santo

Ainda segundo o acórdão, este alegado 'saco azul' não só pagou verbas a «membros de órgãos de administração de entidades terceiras», como também a «interesses pessoais do arguido e demais membros da gestão da ES Control». Na ES Control – a *holding* de topo do grupo –, estavam representados os cinco ramos da família que controlavam as empresas do GES.

O Ministério Público apurou também que a Enterprises fez transferências para «familiares de funcionários do BES» ou a «números familiares de

«Não foram credíveis as justificações apresentadas pelo arguido quanto ao universo ES Enterprises»



um único beneficiário. O objetivo? «**Dissimulação de fluxos.**»

Salgado não apresentou qualquer explicação para o enquadramento orgânico da Enterprises nem para os seus ativos ou a origem dos fundos que alimentam essa *offshore*. E as parcas justificações apresentadas por Salgado quanto ao universo ES Enterprises «**não foram credíveis.**»

A empresa entrou nas investigações ainda no âmbito do processo Monte Branco, no qual Salgado está indiciado por crimes de branqueamento de capitais, falsificação, burla agravada e abuso de confiança.

A Justiça identificou movimentos sucessivos entre a ES Enterprises, a Green Emerald (*offshore* de Helder Bataglia – acionista de uma das empresas do GES, a Escom) e a Savoices (*offshore* de Salgado), que revelaram indícios de recebimento

de comissões indevidas, com a alegada apropriação de meios financeiros pertencentes ao GES pelo antigo banqueiro.

Só em novembro de 2010 foram transferidos 15 milhões de euros da Enterprises para a *offshore* de Bataglia. Nesse mesmo mês saíram 2,7 milhões para a *offshore* de Salgado na Suíça. Estas operações são encaradas pelos investigadores como «**comissões indevidas**» e coincidiram com o «**pretensão negócio de venda da Escom**» a investidores angolanos.

Questionado pelo SOL sobre o conteúdo do acórdão, fonte da defesa de Salgado invocou o segredo do processo: «**A notícia decorre da prática de um crime de violação de segredo de justiça praticado por pessoas que interessaria apurar. Em virtude do processo estar em segredo de justiça, o Dr. Ricardo Salgado não comenta.**»

Eurofin dependente de Salgado

Exposição do BES ao banco de investimento Lehman Brothers foi escondida na Eurofin.

O que era a Eurofin? Quais as operações e os serviços prestados ao BES e ao GES? E que interesses servia? Para a justiça, as respostas a estas questões mostram que a Eurofin é uma das principais peças do *puzzle* que conduziram ao colapso do universo Espírito Santo.

No acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, confirma-se uma das suspeitas que marcaram as audições no Parlamento e as pistas obtidas pelo Banco de Portugal: a Eurofin não era independente do ex-presidente do BES.

«**Não convencem as explicações apresentadas de que a Eurofin se trata de uma entidade cujo governo é completamente independente dos interesses do arguido**», lê-se no acórdão, que cita o Ministério Público e o juiz Carlos Alexandre.

As entidades criadas com a designação de Eurofin, domiciliadas na Suíça e em Inglaterra, surgiram da iniciativa de Karl Sanne, Nicollo San Germano e Alexandre Cadosh, pessoas próximas de Salgado desde o final da década de 90. «**O arguido aproveitou a alteridade jurídica da Eurofin, em relação às entidades do GES, usando-a para um conjunto de operações que pretendeu fora dos registos oficiais contabilísticos das companhias do grupo, e nessa medida dissimuladas do seu real envolvimento nas mesmas.**»

Através da Eurofin foram criados vários veículos de finalidade especial (SPV), por «**onde passaram fluxos de dinheiro procedentes de captação de poupança de clientes da área financeira, desde 2002 e até julho de 2014.**»

Sob a esfera da Eurofin, foram até agora identificadas interações com as entidades Zyrca Harthan Corporation, Martz Brenan, Jarvis e Kynsa. E, para a justiça, «**é evidente, pelo menos em 2007, o comprometimento do arguido no funcionamento de enti-**

dades com a designação Solaris, AA Iberian e EG Premium». Estes veículos serviram para limpar balanços de várias empresas do GES e eram «**materialmente geridos**» por funcionários do gabinete de Moraes Pires no BES – o Departamento Financeiro de Mercados e Estudos (DFME).

Esconder exposição ao Lehman Brothers

Na prática, essas entidades acomodaram «**posições que se pretendem manter-se dissociadas dos balanços oficiais das empresas do grupo.**» Entre os vários exemplos citados consta um que envolve diretamente o BES. «**Esta situação sucedeu com a exposição BES a títulos Lehman Brothers depois da falência desta entidade em 2008.**»

Quanto rebentou a crise financeira mundial, o antigo banqueiro referia que a exposição do BES ao Lehman «**era módica e pouco expressiva.**» No entanto, os valores apresentados estavam aquém da realidade.

A realização de operações de colocação de títulos – envolvendo um esquema triangular entre BES, GES e Eurofin – acabou por gerar perdas de 1,2 mil milhões de euros nos prejuízos históricos de 3,6 mil milhões do BES em junho de 2014.

Salgado reiterou, no Parlamento: «**Com o desastre que aconteceu no GES, a Eurofin mantém totalmente a sua independência e viabilidade. Isso mostra bem que é uma empresa independente.**» E nos interrogatórios judiciais afirmou que ainda hoje não tem informação sobre a qualidade dos investimentos Eurofin feitos pelo GES, «**em virtude de um alegado conflito de interesses.**» As autoridades mostram reticências face aos argumentos de Salgado. «**A Eurofin sempre desenvolveu tarefas subordinadas aos interesses patrimoniais do arguido [Ricardo Salgado], defende a justiça.**»

Já numa das reuniões do Conselho Superior do GES, Ricardo Salgado deixou escapar: «**O sr. Cadosh [presidente da Eurofin] tem feito um jeitão ao grupo em várias áreas.**»

S.A.S.